

É urgente reorientar a formação profissional



Manuel Reis Campos

Presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

A escassez de mão-de-obra especializada é um problema grave que a economia portuguesa enfrenta. Não se trata de uma situação nova, mas de uma questão para a qual há muito vimos alertando. As políticas públicas, nesta área, para além de não terem correspondido às necessidades das empresas, não souberam antecipar a evolução do mercado. O que se passa no Setor da Construção constitui um bom exemplo desta realidade, designadamente com a diminuição do número de técnicos e profissionais que se previa saírem das nossas escolas e centros de formação profissional e a crescente procura de profissionais portugueses por parte de empresas nacionais e estrangeiras, cujo retorno se torna cada vez mais difícil.

Se as Universidades e Escolas Superiores, cuja exigência crescente, evidente no aumento de médias de acesso, estão

novamente a ser procuradas pelos jovens – os números conhecidos no início desta semana demonstram-no –, há que perceber que este é um processo longo e que, no imediato, não terão capacidade de dar resposta às necessidades; por outro lado, continuamos a assistir à deterioração do papel que deverá ser desempenhado pelos centros de formação profissional, em particular os de Gestão Participada

que tinham por principal missão, formar e reconverter os futuros profissionais dos vários Setores. Os jovens, nacionais, provenientes dos PALOP's e outros países,

podem constituir um ativo para o Setor da Construção e instituições, como o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN), há dezenas de anos que contribuem para a certificação de competências de jovens e adultos, promovendo a sua inserção direta no mercado de trabalho e nas empresas do Setor.

Há que ter presente que, no atual contexto, marcado por profundos processos de reconversão da estrutura produtiva, a sua importância ganha maior relevância. Com efeito, é evidente que o Setor da Construção está em recuperação, a qual tem de ser acompanhada por um processo de modernização e de valorização das profissões. Nesta situação, não nos podemos esquecer que os Centros de Rede Setorial, adstritos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, têm as potencialidades formativas adequadas para promover os cursos de forma integral. Por isso, a sua missão deve ser valorizada, designadamente pela alocação dos recursos financeiros adequados, aspeto que é essencial ter em conta no debate sobre o próximo Orçamento do Estado que já está em curso. Se atribuírem aos Agrupamentos de Escolas o que deveria ser atribuição dos Centros de Gestão Direta e de Gestão Participada do Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, I.P., desperdiçam-se os recursos que estes Centros dispõem, em particular na área da Construção. Na verdade, o “seu a seu dono” e o Ministério da Educação não está, por natureza, vocacionado para esta função.

Por isso, volto a questionar: Porquê alterar uma metodologia que tão bons resultados sempre produziu?

A escassez de mão-de-obra especializada é um problema grave que a economia portuguesa